

# BBC Solar Subholding S.A.

*(Companhia em fase pré-operacional)*

Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em

31 de dezembro de 2025



# Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	13
1 Contexto operacional.....	13
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	13
3 Gerenciamento de riscos.....	21
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	22
5 Aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas.....	23
6 Contas a receber de clientes (Consolidado).....	23
7 Imobilizado (Consolidado).....	24
8 Investimentos (Controladora).....	24
9 Fornecedores (Consolidado).....	26
10 Empréstimos e financiamentos (Consolidado).....	26
11 Patrimônio líquido.....	28
12 Receita líquida de vendas (Consolidado).....	28
13 Custos operacionais (Consolidado).....	28
14 Despesas gerais ou administrativas.....	29
15 Resultado financeiro.....	29
16 Partes relacionadas.....	30
17 Instrumentos financeiros.....	31
18 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado).....	33
19 Contingências.....	34



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300

SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota

60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil

Telefone +55 (85) 3457-9500

kpmg.com.br

## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Acionistas e Administradores da**

**BBC Solar Subholding S.A.**

**Maracanaú (CE)**

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BBC Solar Subholding S.A. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da BBC Solar Subholding S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 16 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC CE-003141/F-5

Pedro Barroso Silva Junior  
Contador CRC CE-021967/0-5

## Balances patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	201	95	2	3
Aplicações financeiras não vinculadas	5	26.422	360.160	1.542	1.538
Contas a receber de clientes	6	6.741	—	—	—
Partes relacionadas - outros créditos	16	—	36.438	—	36.438
Outros créditos		1.670	1.749	33	4
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>35.034</b>	<b>398.442</b>	<b>1.577</b>	<b>37.983</b>
Aplicações financeiras vinculadas	5	14.607	9.604	—	—
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>14.607</b>	<b>9.604</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Investimento	8	—	—	112.405	78.421
Imobilizado	7	606.550	44.932	—	—
		<b>606.550</b>	<b>44.932</b>	<b>112.405</b>	<b>78.421</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>621.157</b>	<b>54.536</b>	<b>112.405</b>	<b>78.421</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>656.191</b>	<b>452.978</b>	<b>113.982</b>	<b>116.404</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**BBC Solar Subholding S.A.**  
(Companhia em fase pré-operacional)  
Balancos Patrimoniais  
em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	9	17.988	2.443	—	—
Empréstimos e financiamentos	10	10.378	—	—	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	16	21	4	—	—
Obrigações fiscais		467	237	3	2
Imposto de renda e contribuição social	18	227	—	1	—
Obrigações trabalhistas		617	8	—	—
Outras contas a pagar		100	100	—	—
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>29.798</b>	<b>2.792</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
Empréstimos e financiamentos	10	512.415	333.684	—	—
Outras contas a pagar		—	100	—	—
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>512.415</b>	<b>333.784</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>542.213</b>	<b>336.576</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	11				
Capital social		122.837	122.519	122.837	122.519
Prejuízos acumulados		(8.859)	(6.117)	(8.859)	(6.117)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>113.978</b>	<b>116.402</b>	<b>113.978</b>	<b>116.402</b>
<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		<b>656.191</b>	<b>452.978</b>	<b>113.982</b>	<b>116.404</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações do resultado

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida operacional	12	6.859	–	–	–
Custos operacionais	13	(21)	–	–	–
<b>Lucro bruto</b>		<b>6.838</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
Despesas gerais ou administrativas	14	(3.281)	(5.463)	(167)	(30)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(3.281)</b>	<b>(5.463)</b>	<b>(167)</b>	<b>(30)</b>
<b>Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos</b>		<b>3.557</b>	<b>(5.463)</b>	<b>(167)</b>	<b>(30)</b>
Receitas financeiras	15	3.585	156	208	52
Despesas financeiras	15	(1.772)	(31)	(1)	(12)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>1.813</b>	<b>125</b>	<b>207</b>	<b>40</b>
Resultado de equivalência patrimonial	8	–	–	(2.772)	(5.348)
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>5.370</b>	<b>(5.338)</b>	<b>(2.732)</b>	<b>(5.338)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(8.112)	(2)	(10)	(2)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(2.742)</b>	<b>(5.340)</b>	<b>(2.742)</b>	<b>(5.340)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações do resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	<u>(2.742)</u>	<u>(5.340)</u>	<u>(2.742)</u>	<u>(5.340)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	—	—	—	—
Resultado abrangente total	<u>(2.742)</u>	<u>(5.340)</u>	<u>(2.742)</u>	<u>(5.340)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital integralizado	Capital a integralizar	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.964	–	1.964	1.410	(777)	2.597
Subscrição e integralização de capital	11	84.117	36.438	120.555	(1.410)	–	119.145
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(5.340)	(5.340)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		86.081	36.438	122.519	–	(6.117)	116.402
Capital subscrito	11	318	–	318	–	–	318
Capital integralizado	11	36.438	(36.438)	–	–	–	–
Prejuízo do exercício		–	–	–	–	(2.742)	(2.742)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		122.837	–	122.837	–	(8.859)	113.978

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>					
Prejuízo do exercício		(2.742)	(5.340)	(2.742)	(5.340)
<b>Ajustes para:</b>					
Depreciação	7	111	9	—	—
Equivalência patrimonial	8	—	—	2.772	5.348
Rendimento de aplicações	5	(1.581)	(157)	(207)	(52)
Resultado da baixa de imobilizado	7	6	—	—	—
Imposto de renda e contribuição social	18	8.112	2	10	2
		<b>3.906</b>	<b>(5.486)</b>	<b>(167)</b>	<b>(42)</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
Contas a receber de clientes		(6.741)	—	—	—
Outros créditos		(71)	(177)	(7)	(2)
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		17	(343)	—	—
Fornecedores		5.233	767	—	—
Obrigações trabalhistas		609	8	—	—
Obrigações fiscais		230	209	1	—
Outras contas a pagar		(100)	200	—	—
<b>Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>		<b>3.083</b>	<b>(4.822)</b>	<b>(173)</b>	<b>(44)</b>
Impostos pagos sobre o lucro	18	(4.350)	—	—	(2)
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais</b>		<b>(1.267)</b>	<b>(4.822)</b>	<b>(173)</b>	<b>(46)</b>

**BBC Solar Subholding S.A.**  
(Companhia em fase pré-operacional)  
Demonstrações dos Fluxos de Caixa  
em 31 de dezembro de 2025 e 2024  
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>					
Aplicações financeiras	5	(146.351)	(467.988)	–	(59.779)
Resgates de aplicações financeiras	5	492.308	101.337	172	58.293
Aumento de capital em empresas investidas	8	–	–	(36.756)	(81.174)
Aquisição de imobilizado	7	(525.940)	(41.326)	–	–
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</b>		<b>(179.983)</b>	<b>(407.977)</b>	<b>(36.584)</b>	<b>(82.660)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>					
Capital integralizado	11	36.756	82.707	36.756	82.707
Captações de empréstimos e financiamentos	10	154.096	334.312	–	–
Pagamentos de juros - empréstimos e financiamentos	10	(6.884)	–	–	–
Custo de captação - empréstimos e financiamentos	10	(2.612)	(4.140)	–	–
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>		<b>181.356</b>	<b>412.879</b>	<b>36.756</b>	<b>82.707</b>
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>106</b>	<b>80</b>	<b>(1)</b>	<b>1</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	95	15	3	2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	201	95	2	3
<b>Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>106</b>	<b>80</b>	<b>(1)</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

### 1 Contexto operacional

A BBC Solar Subholding S.A. ("Companhia"), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 30 de novembro de 2011, e tem como objeto social participar como acionista do capital social de sociedades que atuem em empreendimentos no setor de energia renovável.

Em 07 de outubro de 2024, a Casa dos Ventos S.A. ("CDV") e a ArcelorMittal Brasil S.A. ("AMB") constituíram uma joint venture através da Companhia. Como resultado desta transação, o quadro acionário passou a ser detido por 45% e 55% pela CDV e AMB, assim respectivamente, e ambas as partes compartilham o controle das operações do empreendimento.

Suas controladas têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica e a comercialização de energia elétrica.

#### 1.1 Descrição do projeto controlado pela Companhia

##### *Projeto Solar-Híbrido Babilônia Centro ("SBBC")*

O projeto contempla a implantação e operação de quatro parques solares, com capacidade instalada de 119,98 MW, composto por 24 unidades geradoras de energia, localizados no estado da Bahia, município de Morro do Chapéu. Em outubro de 2024, iniciou-se a fase de construção dos empreendimentos e, a partir do dia 19 de setembro de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") permitiu o início da operação em fase de comissionamento das unidades geradoras dos parques. Em 31 de dezembro de 2025, todas as unidades geradoras dos parques estavam funcionando em fases de testes, iniciado em 19 de setembro de 2025, com a emissão do 1º despacho emitido pela ANEEL autorizando o comissionamento das primeiras unidades geradoras..

Não obstante o início do comissionamento, os ativos das controladas permaneceram registrados na rubrica de Imobilizado em Andamento nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A transferência para contas de Imobilizado em Operação (e o conseqüente início da depreciação) ocorrerá apenas após a emissão dos respectivos despachos de operação comercial pela ANEEL, momento em que o ativo estará disponível para uso nas condições pretendidas pela Administração.

### 2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 16 de março de 2026.

## 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possuía premissas e estimativas que representassem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como não efetuava julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

## 2.4 Base de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listada a seguir:

Controladas	Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% do Capital Social	
						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fótons de Santa Lavínia Energias Renováveis S.A.	UFV Fótons de Santa Larissa 01	49,995	Morro do Chapéu (BA)	29 de julho de 2022	Pré-operacional	Direto	Direto	100%	100%
Fótons de Santa Lidiúna Energias Renováveis S.A.	UFV Fótons de Santa Larissa 02	49,995	Morro do Chapéu (BA)	29 de julho de 2022	Pré-operacional	Direto	Direto	100%	100%
Fótons de Santa Loma Energias Renováveis S.A.	UFV Fótons de Santa Larissa 03	49,995	Morro do Chapéu (BA)	29 de julho de 2022	Pré-operacional	Direto	Direto	100%	100%
Fótons de Santa Larissa Energias Renováveis S.A.	UFV Fótons de Santa Larissa 04	49,995	Morro do Chapéu (BA)	6 de março de 2019	Pré-operacional	Direto	Direto	100%	100%

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

#### **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

## 2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

## 2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### (i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### (ii) Classificação e mensuração subsequente

#### **Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

#### **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### **(iii) Desreconhecimento**

#### **Ativos financeiros**

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

#### **Passivos financeiros**

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **(iv) Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas - outros créditos, aplicações financeiras vinculadas e aplicações financeiras não vinculadas.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos, fornecedores, outras contas a pagar e partes relacionadas - outras contas a pagar.

## 2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não identificaram quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

## 2.8 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados aos empreendimentos, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

### **Depreciações**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para as unidades geradoras dos empreendimentos, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena das controladas.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

## **2.9 Receitas e despesas financeiras**

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

## **2.10 Imposto de renda e contribuição social**

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Controladora não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

O imposto de renda das controladas foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social das controladas foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

## 2.11 Receita operacional

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pela contraprestação recebida ou a receber. As controladas reconhecem a receita operacional quando a transferência (ou promessa) de bens ou serviços aos clientes refletem a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

A NBC TG 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, no caso das Subsidiárias, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais das controladas são provenientes da venda de energia gerada. As receitas provenientes da venda de energia gerada são registradas com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”), e dos contratos firmados no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”).

A receita de venda de energia elétrica (geração centralizada) é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

## 2.12 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.
- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
  - As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

**b. Outras normas contábeis:** não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

### 3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

#### (i) Riscos pré-operacional e operacional:

Os riscos pré-operacionais e operacionais estão relacionados a, respectivamente, atrasos e outros fatores que podem prejudicar o processo de construção do parque eólico, e a paralisação de parte ou de todo o fornecimento de energia esperado.

A Administração mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

#### (ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia e de suas controladas, de acordo com a política de tesouraria. As aplicações são autorizadas e aprovadas pela controladoria, e aplicações que não estejam previstas na política são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia e suas controladas aplicam a maior parte do caixa disponível.

A Administração da Companhia estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da Companhia estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador"), que por sua vez faz a alocação nos fundos de investimentos ("FIs") da Companhia e suas controladas.

Com relação às contas a receber de clientes, a Administração restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

### (iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são as dívidas apresentadas nas [Nota 10](#).

A Companhia e suas controladas monitoram o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação.

### (iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2025 e 2024, exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira. As dívidas contratadas pelas controladas possuíam riscos de mercado associados à volatilidade do IPCA.

#### Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Fundo de investimentos	26.422	Baixa do CDI	20.617	16.194
Efeito no resultado	16.522		10.717	6.294
Aplicações financeiras vinculadas	14.607	Baixa do CDI	14.180	13.775
Efeito no resultado	1.581		1.154	749
Empréstimos e financiamentos	(530.744)	Alta do IPCA	(531.849)	(532.910)
Efeito no resultado	(4.309)		(5.414)	(6.475)

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	201	95	2	3
<b>Total</b>	<b>201</b>	<b>95</b>	<b>2</b>	<b>3</b>

## 5 Aplicações financeiras vinculadas e não vinculadas

### a. Composição do saldo

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras - Fundos restritos (a)	26.422	360.160	1.542	1.538
Aplicações vinculadas - Fundo de liquidez BNB (b)	14.607	9.604	—	—
<b>Total</b>	<b>41.029</b>	<b>369.764</b>	<b>1.542</b>	<b>1.538</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>26.422</b>	<b>360.160</b>	<b>1.542</b>	<b>1.538</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>14.607</b>	<b>9.604</b>	<b>—</b>	<b>—</b>

- (a) A Companhia e suas controladas possuíam aplicações alocadas em fundo de investimentos, sem prazo determinado para o seu encerramento, uma vez que tal decisão depende das condições de mercado aliadas ao direcionamento da administração. A remuneração é baseada na variação do CDI e a rentabilidade em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,32% a.a. (11,25% a.a. em 31 de dezembro de 2024). O recurso será aplicado exclusivamente na implantação do empreendimento.
- (b) As aplicações financeiras são mantidas no Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB") em contas de fundo de liquidez constituídos por meio do Contrato de Financiamento com o mesmo banco pelas controladas, conforme Nota 10. Tais recursos serão mantidos por todo período do mesmo instrumento, sendo os valores dados em garantia e podendo ser utilizados pelo banco para pagamento de obrigações relacionadas ao contrato. Os valores são aplicados em fundos de investimentos em renda fixa referenciado DI, e tiveram remuneração de 13,35% a.a. em 31 de dezembro de 2025 (10,12% a.a. em 31 de dezembro de 2024).

### b. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldos iniciais</b>	<b>369.764</b>	<b>—</b>
Rendimento de aplicações	1.581	157
Capitalização de rendimento de aplicação	20.723	2.975
Retenção de imposto de renda sobre rendimentos	(5.082)	(19)
Aplicações financeiras	146.351	467.988
Resgates de aplicações financeiras	(492.308)	(101.337)
<b>Saldos finais</b>	<b>41.029</b>	<b>369.764</b>

## 6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

Descrição	31/12/2025
Venda de energia - terceiros	6.741
<b>Total</b>	<b>6.741</b>

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração considerava não ser necessária a constituição de provisão para perdas com o valor recuperável de contas a receber, pois por regra estabelecida pela Câmara De Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), todos os títulos a receber são liquidados no mês subsequente ao fornecimento da energia. Adicionalmente, em análise retrospectiva, não se identifica perdas históricas, bem como expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

As controladas não apresentavam títulos vencidos em 31 de dezembro de 2025.

## 7 Imobilizado (Consolidado)

### a. Composição do saldo

Descrição	Taxa %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Imobilizado em andamento	—%	605.664	—	605.664	44.797
Torres anemométricas	10,00%	—	—	—	13
Torres Solarimétricas	10,00%	25	(4)	21	11
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	129	(19)	110	111
Equipamentos de processamento de dados	20,00%	24	(3)	21	—
Veículos	20,00%	827	(93)	734	—
<b>Total</b>		<b>606.669</b>	<b>(119)</b>	<b>606.550</b>	<b>44.932</b>

### b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2024	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2025
Imobilizado em andamento	44.797	560.867	—	—	—	605.664
Torres anemométricas	13	—	(13)	—	—	—
Torres Solarimétricas	11	—	13	—	(3)	21
Máquinas e equipamentos	111	17	—	(6)	(12)	110
Equipamentos de processamento de dados	—	24	—	—	(3)	21
Veículos	—	827	—	—	(93)	734
<b>Total</b>	<b>44.932</b>	<b>561.735</b>	<b>—</b>	<b>(6)</b>	<b>(111)</b>	<b>606.550</b>

Descrição	31/12/2023	Adições	Depreciação	31/12/2024
Imobilizado em andamento	1.856	42.941	—	44.797
Torres anemométricas	—	14	(1)	13
Torres Solarimétricas	—	12	(1)	11
Máquinas e equipamentos	—	118	(7)	111
<b>Total</b>	<b>1.856</b>	<b>43.085</b>	<b>(9)</b>	<b>44.932</b>

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas apresentaram adições ao ativo imobilizado que não tiveram efeito caixa no montante R\$35.795, relativas a custos de empréstimos e provisão de obras e medições de fornecedores (R\$1.759 em 31 de dezembro de 2024).

## 8 Investimentos (Controladora)

### a. Composição do saldo

Controladas	31/12/2025	31/12/2024
Fótons de Santa Loma Energias Renováveis S.A.	28.272	19.966
Fótons de Santa Lavínia Energias Renováveis S.A.	28.821	19.864
Fótons de Santa Liduína Energias Renováveis S.A.	29.128	20.018
Fótons de Santa Larissa Energias Renováveis S.A.	26.184	18.573
<b>Total</b>	<b>112.405</b>	<b>78.421</b>

**b. Movimentação do saldo**

Controladas	31/12/2024	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	31/12/2025
Fótons de Santa Loma Energias Renováveis S.A.	19.966	(883)	9.189	28.272
Fótons de Santa Lavínia Energias Renováveis S.A.	19.864	(232)	9.189	28.821
Fótons de Santa Liduína Energias Renováveis S.A.	20.018	(79)	9.189	29.128
Fótons de Santa Larissa Energias Renováveis S.A.	18.573	(1.578)	9.189	26.184
<b>Total</b>	<b>78.421</b>	<b>(2.772)</b>	<b>36.756</b>	<b>112.405</b>

Controladas	31/12/2023	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	31/12/2024
Fótons de Santa Loma Energias Renováveis S.A.	548	(1.323)	20.741	19.966
Fótons de Santa Lavínia Energias Renováveis S.A.	687	(1.382)	20.559	19.864
Fótons de Santa Liduína Energias Renováveis S.A.	630	(1.321)	20.709	20.018
Fótons de Santa Larissa Energias Renováveis S.A.	730	(1.322)	19.165	18.573
<b>Total</b>	<b>2.595</b>	<b>(5.348)</b>	<b>81.174</b>	<b>78.421</b>

**c. Saldos das controladas**

Controladas	% Participação na data de aquisição	31/12/2025			
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Fótons de Santa Loma Energias Renováveis S.A.	100%	162.367	134.095	28.272	(883)
Fótons de Santa Lavínia Energias Renováveis S.A.	100%	162.987	134.166	28.821	(232)
Fótons de Santa Liduína Energias Renováveis S.A.	100%	166.418	137.290	29.128	(79)
Fótons de Santa Larissa Energias Renováveis S.A.	100%	163.185	137.001	26.184	(1.578)
<b>Total</b>		<b>654.957</b>	<b>542.552</b>	<b>112.405</b>	<b>(2.772)</b>

Controladas	% Participação na data de aquisição	31/12/2024			
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
Fótons de Santa Loma Energias Renováveis S.A.	100%	104.071	84.104	19.966	(1.323)
Fótons de Santa Lavínia Energias Renováveis S.A.	100%	104.368	84.503	19.864	(1.382)
Fótons de Santa Liduína Energias Renováveis S.A.	100%	104.205	84.186	20.018	(1.321)
Fótons de Santa Larissa Energias Renováveis S.A.	100%	102.680	84.107	18.573	(1.322)
<b>Total</b>		<b>415.324</b>	<b>336.900</b>	<b>78.421</b>	<b>(5.348)</b>

## 9 Fornecedores (Consolidado)

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de obras e serviços	17.988	2.443
<b>Total</b>	<b>17.988</b>	<b>2.443</b>

Em 31 de dezembro de 2025 as controladas realizaram o registro de provisão para fornecedores de obras não faturadas no montante de R\$10.312 (R\$1.574 em 31 de dezembro de 2024).

## 10 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2025, as controladas possuíam vigentes os seguintes contratos de financiamentos:

Controladas	Origem do recurso	Data do contrato	Início Amortização	Fim Amortização	Indexador	Spread	Valor
Fótons De Santa Lavínia Energias Renováveis S.A	FNE	27/5/2024	15/6/2026	15/06/2048	IPCA	4,12%	107.204
	AFD	27/5/2024	15/10/2026	15/10/2034	IPCA	11,00%	15.315
Fótons De Santa Liduína Energias Renováveis S.A	FNE	27/5/2024	15/6/2026	15/06/2048	IPCA	4,12%	107.204
	AFD	27/5/2024	15/10/2026	15/10/2034	IPCA	11,00%	15.315
Fótons De Santa Loma Energias Renováveis S.A	FNE	30/4/2024	15/6/2026	15/05/2048	IPCA	3,96%	107.204
	AFD	27/5/2024	15/10/2026	15/04/2034	IPCA	11,00%	15.315
Fótons de Santa Larissa Energias Renováveis S.A	FNE	30/4/2024	15/06/2026	15/5/2048	IPCA	3,96%	107.204
	AFD	27/5/2024	15/10/2026	15/4/2034	IPCA	11,00%	15.315
<b>Total contratado</b>							<b>490.076</b>

### a. Composição do saldo

Descrição	Tipo	31/12/2025	31/12/2024
BNB	FNE/AFD	530.744	337.328
(-) Custos de captação		(7.951)	(3.644)
<b>Total</b>		<b>522.793</b>	<b>333.684</b>

**b. Movimentação da conta**

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>333.684</b>	<b>—</b>
Captações	154.096	334.312
Juros capitalizados no imobilizado	46.206	3.017
Pagamento de juros	(6.884)	—
Custo de captação incorridos no exercício	(4.309)	(3.645)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>522.793</b>	<b>333.684</b>
Circulante	10.378	—
Não Circulante	512.415	333.684

- (a) Durante o exercício de 2025, as controladas da Companhia incorreram em custos de captação no montante de R\$4.309 (R\$3.645 em 2024), dos quais R\$2.612 tiveram efeito caixa no exercício (R\$4.140 em 31 de dezembro de 2024) e R\$1.697 referem-se à transferências de despesas antecipadas (R\$495 pago em 2024, registrado em despesas antecipadas).

**c. Cronograma de pagamentos das parcelas de longo prazo**

Vencimento	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	%	Valor	%
2026	—	— %	4.670	1,4%
2027	11.848	2,3 %	7.818	2,3%
2028	15.940	3,1 %	10.492	3,1%
2029	16.910	3,3 %	11.082	3,3%
2030	17.032	3,3 %	11.174	3,3%
2031	18.874	3,6 %	12.382	3,7%
2032	19.852	3,8 %	13.018	3,9%
2033	21.040	4,0 %	13.790	4,1%
2034	22.274	4,3 %	14.492	4,3%
2035	19.748	3,8 %	12.510	3,7%
2036	21.804	4,2 %	13.812	4,1%
2037	21.770	4,2 %	13.790	4,1%
2038	22.590	4,3 %	14.310	4,2%
2039	23.614	4,5 %	14.958	4,4%
2040	24.734	4,8 %	15.666	4,6%
2041	26.414	5,1 %	16.732	5,0%
2042	28.164	5,4 %	17.840	5,3%
2043	29.960	5,8 %	18.978	5,6%
2044	31.852	6,1 %	20.178	6,0%
2045	33.806	6,5 %	21.414	6,3%
2046	35.814	6,9 %	22.686	6,7%
2047	38.110	7,3 %	24.140	7,2%
2048	17.992	5,5 %	11.396	5,4%
<b>Total parcelas - longo prazo</b>	<b>520.142</b>	<b>100,0 %</b>	<b>337.328</b>	<b>100,0%</b>
(-) Custo de captação - longo prazo	(7.727)		(3.644)	
<b>Saldo total - longo prazo</b>	<b>512.415</b>		<b>333.684</b>	

## 11 Patrimônio Líquido

O capital social integralizado é de R\$122.837 em 31 de dezembro de 2025 (R\$122.519 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 122.837.131 ações, sendo 61.418.566 ações ordinárias e 61.418.565 ações preferencias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Arcelormittal Brasil S.A.	55,00%	67.560	67.560.422	55,00%	67.385	67.385.262
Casa dos Ventos S.A.	45,00%	55.277	55.276.709	45,00%	55.134	55.133.398
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>122.837</b>	<b>122.837.131</b>	<b>100,00%</b>	<b>122.519</b>	<b>122.518.660</b>

### Aumento de capital

Em 29 de fevereiro de 2024, de acordo com Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a CDV subscreveu capital no montante de R\$1.968, parcialmente integralizado em moeda corrente nesta data o valor de R\$558 e R\$1.410 com créditos de adiantamento para futuro aumento de capital.

Em 27 de junho de 2024, de acordo com AGE, a CDV subscreveu capital no montante de R\$1.370, o qual foi plenamente integralizado em moeda corrente na mesma data.

Em 07 de outubro de 2024, de acordo com AGE, os acionistas subscreveram capital no montante de R\$117.217, por meio da emissão de 8.791.239 novas ações ordinárias classe A, 48.817.025 novas ações ordinárias classe B e 58.608.265 novas ações preferenciais, sendo R\$80.779 integralizado em moeda corrente no decorrer do exercício de 2024 na proporção de cada acionista, e R\$36.438 integralizado em moeda corrente durante o exercício de 2025, conforme resumo abaixo:

Acionistas	Subscrição em 07 de outubro de 2024	Integralizações no exercício de 2024	Integralizações no exercício de 2025
CDV	52.748	36.351	16.397
AMB	64.469	44.428	20.041
<b>Total</b>	<b>117.217</b>	<b>80.779</b>	<b>36.438</b>

Em 31 de julho de 2025, de acordo com AGE, os acionistas da Companhia subscreveram e integralizaram capital no montante de R\$318, respeitando a participação de capital individual de cada acionista.

## 12 Receita Líquida de vendas (Consolidado)

Descrição	31/12/2025
Venda de energia	6.864
PIS e Cofins sobre vendas	(5)
<b>Total</b>	<b>6.859</b>

## 13 Custos operacionais (Consolidado)

Descrição	31/12/2025
Gastos operacionais	(3)
Gastos com manutenção	(10)
Outros custos	(8)
<b>Total</b>	<b>(21)</b>

## 14 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Serviços - pessoa jurídica (a)	(3.017)	(494)	(156)	(7)
Tributos e contribuições	(12)	–	(11)	(3)
Compartilhamento de despesas (nota 16)	–	(4.855)	–	(20)
Depreciação	(111)	–	–	–
Outras despesas gerais ou administrativas	(141)	(114)	–	–
<b>Total</b>	<b>(3.281)</b>	<b>(5.463)</b>	<b>(167)</b>	<b>(30)</b>

(a) Do montante divulgado na nota em 31 de dezembro de 2025, R\$ R\$2.907 e R\$121 se referem a pagamentos de consultoria à Casa dos Ventos S.A., consolidado e controladora (R\$481 no consolidado em 31 de dezembro de 2024), conforme citado na nota 16(a).

## 15 Resultado financeiro

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento de aplicações	1.786	156	207	52
Variação cambial Ativa	1.791	–	–	–
Outras receitas financeiras	8	–	1	–
<b>Total</b>	<b>3.585</b>	<b>156</b>	<b>208</b>	<b>52</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
IOF	–	(10)	–	(10)
Tarifas bancárias	(20)	(18)	(1)	(2)
Variação cambial Passiva	(1.743)	(3)	–	–
Outras despesas financeiras	(9)	–	–	–
<b>Total</b>	<b>(1.772)</b>	<b>(31)</b>	<b>(1)</b>	<b>(12)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>1.813</b>	<b>125</b>	<b>207</b>	<b>40</b>

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu em R\$20.723 e R\$46.206 (Em 31 de dezembro de 2024, incorreu em R\$2.975 e R\$3.017), relativos a rendimentos sobre aplicações financeiras (vide nota 5) e juros sobre empréstimos (vide nota 10). Tais valores classificam-se no conceito de custos de empréstimo, portanto, não transitam em conta de resultado e são capitalizados.

## 16 Partes relacionadas

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativo</b>	<b>—</b>	<b>36.438</b>	<b>—</b>	<b>36.438</b>
Partes relacionadas - outros créditos	—	36.438	—	36.438
Créditos a integralizar com acionistas (b)	—	36.438	—	36.438
<b>Passivo</b>	<b>21</b>	<b>4</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
Partes relacionadas - outras contas a pagar	21	4	—	—
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	5	4	—	—
Outra contas a pagar	16	—	—	—
<b>Resultado</b>	<b>(2.907)</b>	<b>(5.336)</b>	<b>(121)</b>	<b>(20)</b>
Despesas gerais ou administrativas	(2.907)	(5.336)	(121)	(20)
Serviços tomados - pessoa jurídica (a)	(2.907)	(481)	(121)	—
Compartilhamento de despesas (a)	—	(4.855)	—	(20)

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas possuem um contrato de prestação de serviços firmado com a CDV, que possui a finalidade de prestação de serviços administrativos.
- (b) Refere-se a crédito com os acionistas a integralizar, conforme AGE de subscrição de capital em 07 de outubro de 2024. Durante o exercício de 2025, os acionistas realizaram a integralização total do recurso.

A Companhia é controlada em conjunto pela Casa dos Ventos S.A. e ArcelorMittal Brasil S.A.

### Remuneração da Administração

A Companhia não efetua diretamente pagamentos de remuneração aos membros de sua Administração, os quais renunciam à remuneração pelo exercício de seus cargos na Companhia em seus termos de posse. A remuneração, é suportada diretamente pelo acionista que indicou o respectivo administrador. Especificamente quanto aos administradores indicados por Casa dos Ventos S.A., a remuneração é paga diretamente por essa acionista e, posteriormente, apropriada às suas controladas, incluindo a Companhia, por meio de rateio. Tais valores são registrados pela Companhia como serviços tomados, classificados em despesas gerais e administrativas, conforme aplicável. Os montantes incorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, encontram-se divulgados na nota explicativa correspondente às demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

## 17 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

### a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Mensuração do valor justo	Consolidado				Controladora			
		31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa		201	201	95	95	2	2	3	3
Contas a receber de clientes		6.741	6.741	—	—	—	—	—	—
Partes relacionadas - outros créditos		—	—	36.438	36.438	—	—	36.438	36.438
Aplicações financeiras não vinculadas		26.422	26.422	360.160	360.160	1.542	1.542	1.538	1.538
Aplicações financeiras vinculadas		14.607	14.607	9.604	9.604	—	—	—	—
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	(522.793)	(530.744)	(333.684)	(337.328)	—	—	—	—
Fornecedores		(17.988)	(17.988)	(2.443)	(2.443)	—	—	—	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar		(21)	(21)	(4)	(4)	—	—	—	—
Outras contas a pagar		(100)	(100)	(199)	(199)	—	—	—	—
<b>Total</b>		<b>(492.931)</b>	<b>(500.882)</b>	<b>69.967</b>	<b>66.323</b>	<b>1.544</b>	<b>1.544</b>	<b>37.979</b>	<b>37.979</b>

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são avaliados ao custo amortizado.

**b. Mensuração do valor justo**

A tabela abaixo apresenta a técnica de valoração utilizada na mensuração do valor justo de nível 2 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial, assim como os inputs não observáveis significativos utilizados.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Título de dívida – Empréstimos e financiamentos (BNB)	O valor justo calculado considera: (i) o fluxo de pagamento de parcelas futuras previstas no contrato de financiamento, com juros pós fixados (ii) menos o custo de captação embutido no saldo contábil da rubrica de empréstimos e financiamentos.	Não aplicável	Não aplicável

## 18 Imposto de renda e contribuição social corrente (Consolidado)

### a. Composição do saldo no resultado:

Descrição	31/12/2025
Imposto de renda corrente	(5.938)
Contribuição social corrente	(2.174)
<b>Total</b>	<b>(8.112)</b>

### b. Apuração do imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, estão demonstrados a seguir:

Descrição	31/12/2025
Venda de energia	6.864
Alíquota de presunção (IRPJ)	8%
Lucro presumido	549
Outras receitas não operacionais (a)	24.100
Alíquota vigente	15%
Alíquota vigente IRPJ adicional	10%
<b>Imposto de renda corrente</b>	<b>(5.938)</b>
Alíquota de presunção (CSLL)	12%
Lucro presumido	824
Outras receitas não operacionais (a)	24.100
Alíquota vigente	9%
<b>Contribuição social corrente</b>	<b>(2.174)</b>
<b>Alíquota efetiva (%)</b>	<b>(151)%</b>

(a) Durante o exercício de 2025, as controladas realizaram a capitalização de rendimentos de aplicações no montante de R\$20.723, relativos a recursos de captação de empréstimos e financiamentos.

### c. Movimentação das obrigações com imposto de renda e contribuição social:

Descrição	31/12/2025
<b>Saldos iniciais</b>	<b>—</b>
Imposto de renda e contribuição social no exercício	8.112
Impostos pagos sobre o lucro	(4.350)
Compensações no exercício	(3.535)
<b>Saldos finais</b>	<b>227</b>

## 19 Contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas. A Administração revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliaram não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

\*\*\*